

Saúde decreta estado de calamidade pública no Rio

Rio — O setor de assistência à saúde no Estado do Rio de Janeiro está desde ontem sob estado de calamidade pública. O ato foi assinado pelo ministro da Saúde, Henrique Santillo. O ministro firmou acordo com o governador Leonel Brizola para que a União retome o controle de três hospitais do antigo Inamps — Hospital dos Servidores do Estado, Ipanema e Hospital de Cardiologia de Laranjeiras.

Santillo disse que contratará pessoal para os três hospitais com base no decreto presidencial de calamidade pública, de 8 de dezembro de 1993, que prevê a contratação de profissionais em caráter emergencial, sem concurso público, por um período de seis meses, renovável por mais seis.

O ministério montou um grupo executivo de Brasília, que contará com a participação de representantes do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), para a recuperação administrativa e financeira dos hospitais. A primeira medida do grupo executivo será preparar a proposta orçamentária para a reativação dos hospitais.

Segundo o ministro, quando os hospitais estiverem em pleno funcionamento deverão voltar ao controle do estado, provavelmente no próximo governo do Rio. O ministro admitiu que não foi correto o convênio assinado, em 1991, no final do governo Moreira

Franco, que passava ao estado o controle dos três hospitais. Em sua avaliação, o novo governo de Brizola recebeu os hospitais em dificuldades sem poder recuperá-los.

O governador Leonel Brizola disse que já vinha tentando que a União retomasse o controle dos hospitais, mas que o ex-ministro da Saúde, Jamil Haddad, não concordava com a medida. "O ministro Santillo entendeu o problema e assumiu a responsabilidade de recuperar os hospitais", disse o governador.

**Pessoal para
hospitais retomados
será
contratado
em caráter de
emergência**

Henrique Santillo concordou que a situação da rede municipal também é crítica, mas, segundo ele, a crise na área de saúde municipal é um problema de todo o País. "Eu estou lutando para aumentar a verba destinada à área de saúde,

para que o dinheiro repassado aos estados e municípios não chegue tão defasado", afirmou, acrescentando que "somente pagando melhor, a União pode cobrar que estados e municípios invistam na saúde".

No hospital dos Servidores do Estado, um dos maiores do Rio, falta pessoal e equipamentos e a metade dos 800 leitos está desativada. A emergência do hospital de Ipanema está fechada e este só opera com metade da capacidade de leitos.